

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AMBIENTAL

THAÍS NEUENSCHWANDER ROSENTHAL

Efeitos de um desastre ambiental no papel social das mulheres atingidas:
estudo de caso associado ao rompimento da Barragem do Fundão (Mariana-MG)

São Carlos - SP
2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

R813e Rosenthal, Thaís Neuenschwander
Efeitos de um desastre ambiental no papel social
das mulheres atingidas: estudo de caso associado ao
rompimento da Barragem do Fundão (Mariana-MG) / Thaís
Neuenschwander Rosenthal; orientador Evaldo Luiz Gaeta
Espíndola. São Carlos, 2017.

Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental) --
Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de
São Paulo, 2017.

1. Desastre ambiental. 2. Gênero. 3. Mariana. 4.
Papel social. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato(a): **Thaís Neuenschwander Rosenthal**

Data da Defesa: 20/11/2017

Comissão Julgadora:

Resultado:

Dr. Evaldo Luiz Gaeta Espindola (Orientador(a))

Aprovada

MSc. Diego Correia da Silva

Aprovado.

Dra. Dulcelaine Lúcia Lopes Nishikawa

Aprovada



Prof. Dr. Marcelo Zaiat

Coordenador da Disciplina 1800091- Trabalho de Graduação

*“Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar”*

Trecho da Música *Triste, Louca ou Má*, da banda *Francisco, El Hombre*

AGRADECIMENTOS

O primeiro e principal agradecimento vai para as mulheres entrevistadas na cidade de Mariana, que me concederam o privilégio de ouvir suas histórias e sentir um pouco das suas dores. Espero que eu tenha conseguido ser fiel ao que elas me passaram.

Também agradeço imensamente à outras pessoas que foram essenciais para esse trabalho existir:

Ao Evaldo, por ter sido um orientador maravilhoso, que me orientou quando precisei e ao mesmo tempo me deixou ter meu tempo e minha liberdade de escrever sobre o tema que eu escolhi e usar as ideias que eu achei coerente;

Aos meus pais, pela oportunidade e pelo apoio incondicional durante todas as minhas fases de vida;

À minha psicóloga Renata, por me guiar pelas crises que surgiam durante todo o processo do TCC, e me ajudar a me enxergar cada vez mais nele;

Aos meus amigos, principalmente Habib, Miau e Gabi, que me trouxeram paz e alegria em diversas ocasiões e escutaram meus problemas em outras;

E por fim ao meu namorado, André, por me ajudar a aceitar as imperfeições de um trabalho como esse, por ser um ótimo companheiro e por me ajudar a crescer sempre.

RESUMO

ROSENTHAL, T. N. (2017). **Efeitos de um desastre ambiental no papel social das mulheres atingidas: estudo de caso associado ao rompimento da Barragem do Fundão (Mariana-MG)**. Trabalho de Conclusão de Curso, EESC-USP, 48p.

O “Desastre de Mariana” trouxe danos imensuráveis para o meio-ambiente, mas também e principalmente para a vida das pessoas que viviam nas áreas afetadas direta e indiretamente pela passagem da lama de rejeitos da mineração da Empresa Samarco Mineradora, como por exemplo os distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. As famílias que moravam nestes locais tiveram que ser realocadas e ainda hoje residem na cidade de Mariana, onde o cotidiano é bastante diferente daquele de outrora. Considerando o papel social realizado pelas mulheres ao longo da história da humanidade devido a opressão de gênero, é entendido que são elas as responsáveis pela rotina da família. Uma vez que essa rotina foi desestabilizada pelo desastre, verifica-se a importância de se analisar quais foram as mudanças no papel social das mulheres, causadas pelo desastre, e a relevância de escutá-las e respeitá-las também enquanto agentes opinantes nessa situação de desestabilização socioambiental. Para isso foram realizadas entrevistas com algumas mulheres atingidas, procurando ouvir relatos de como eram suas vidas, quais eram suas preocupações antes do desastre e qual é a situação atual. Para melhor entender esse processo, também foi importante estudar outras bibliografias relacionadas à participação das mulheres pós-desastres, tanto enquanto vítimas quanto participantes ativas na mitigação dos impactos. A partir das entrevistas realizadas foi possível identificar as categorias de análise de maior destaque, para que, com o uso da metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo foi possível analisar e discutir cada um deles. A principal conclusão do trabalho foi que uma melhor forma de mitigar os impactos sociais desse desastre seria dar ouvidos as demandas da população atingida, principalmente das mulheres como chefes de família, e não somente deixá-las, mas acima de tudo incentivá-las a fazer parte dos processos de decisão, ajudando a reduzir um pouco a diferença de gêneros na sociedade.

Palavras-chave: Desastre ambiental, gênero, Mariana, papel social

ABSTRACT

The “Disaster of Mariana” brought immeasurable changes to the environment, but also and mainly to the lives of the people who lived on the areas that were directly and indirectly affected by the mud of the mine tailing of Samarco Company, for example the districts of Bento Rodrigues and Paracatu de Baixo. The families who lived on those districts had to be relocated, and live today on the city of Mariana, where everyday life is very different than the one they had before. Considering the social role accomplished by women on the history of humanity due to the gender oppression, it is understood that they are the responsible for the routine of the family. Once this routine is now unstable due to the disaster, it is important to understand the changes on the social role of women caused by it and the relevance of listening and respecting them as active voices in this situation of social and environmental disorder. For that reason, interviews were made in Mariana with some of the affected women, so that it was possible to hear from them how their lives used to be before and what worries they used to have, and how is it now. It was also important to study other theses about the participation of women on the post disaster, as victims and as active participants on the recovery. The results of the interviews brought up a few themes of major importance, and with the use of the Collective Subject Speech, it was possible to analyze and discuss each one of them. The main conclusion of this study was that a better recovery of the social impacts of this disaster would be to listen to the demands of the affected population, mainly the women as family’s chiefs, and to not only let them but also and mainly encourage them to be part of the decision-making processes, helping to reduce a little the gender inequality on society.

Keywords: Environmental disaster, gender, Mariana, social role

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Campanha de divulgação das formas de violência definidas na Lei Maria da Penha	15
Figura 2 - Localização do município de Mariana (MG) e do distrito de Bento Rodrigues, com esquema demonstrando o rompimento da Barragem do Fundão e o fluxo da lama (montagem esquemática baseada em informações constantes no site do GIAIA)	21
Figura 3 - Imagens de satélite das barragens da Samarco (A) e do povoado de Bento Rodrigues (B) obtidas no dia 14/06/2015 (antes do rompimento da barragem) e 06/11/2015 (após o rompimento da barragem).	23
Figura 4 - Mapa da cidade de Mariana, com as marcações feitas pelos próprios atingidos de onde eles estão morando após o desastre	24

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Relação de temas que surgiram nas entrevistas e número de entrevistadas que trouxeram o tema.....	31
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil geral das mulheres que foram entrevistadas neste estudo.....	30
--	----

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Sequência de imagens demonstrando os efeitos do rompimento da barragem do Fundão no distrito de Bentos Rodrigues. As fotos superiores e inferiores indicam a situação antes e após a passagem da onda de lama (rejeito), respectivamente, nas mesmas localidades	23
Foto 2 - Imagens demonstrando os efeitos do rompimento da barragem do Fundão no distrito de Paracatu de Baixo, indicando a situação antes e após a passagem da onda de lama (rejeito) nas mesmas localidades	24
Foto 3 - Horta adaptada no quintal da casa de C., em Mariana.	37

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Planilha com nomes e endereços dos atingidos em Mariana	
Anexo 2 - Roteiro de Perguntas Piloto	
Anexo 3 - Autorização para gravação	

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. Revisão Bibliográfica	11
2.1. Conceito de desastre ambiental	11
2.2. Papel da mulher na sociedade	12
2.2.1. O histórico da opressão de gênero	12
2.2.2. Violência contra a mulher no Brasil	14
2.3. A mulher frente ao desastre ambiental	15
2.3.1. Como vítima de opressões	15
2.3.2. Como protagonista das mudanças	16
2.4. O rompimento da Barragem do Fundão e algumas de suas consequências	18
3. Objetivos	20
4. Metodologia	21
4.1. A área de estudo	21
4.2. A abordagem da pesquisa	24
4.2.1. Público alvo a ser entrevistado e a condução da pesquisa em campo	25
4.3 A análise das entrevistas	28
4.3.1. A transcrição	28
4.3.2. O Discurso do Sujeito Coletivo	29
5. Resultados	29
5.1. Caracterização das entrevistadas	29
5.2. Temas que se destacaram nas entrevistas	30
6. Discussão	31
6.1. Relação com o local (topofilia)	31
6.2. Criação dos Filhos	33
6.3. Qualidade de vida	34
6.4. Relações estabelecidas com os vizinhos no cotidiano e mobilidade	35
6.5. Eventos festivos	36
6.6. Preocupação com a qualidade dos alimentos	37
6.7. Instabilidade Emocional e Fé	38
6.8. Custo de vida	39
6.9. Atividade remunerada (trabalho)	40
6.10. Religiosidade	41

6.11. Participação política	42
6.12. Considerações finais	43
7. Conclusão	44
8. Referências Bibliográficas	45

1. Introdução

No dia 5 de Novembro de 2015 rompeu-se a barragem de rejeitos de ferro da Empresa Samarco Mineradora, localizada no município de Mariana, Estado de Minas Gerais. A lama percorreu 35 municípios (Grupo da Força Tarefa, 2016) antes de chegar ao mar, sendo Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo as duas primeiras comunidades atingidas e, dessa forma, os dois distritos do município de Mariana que integraram o campo de estudo desta pesquisa. Dados obtidos em jornais e relatórios técnicos mencionam que a falta de sirenes e de treinamentos de segurança na região levou 19 pessoas à óbito, além de provocar um aborto. Adicionalmente, o desastre provocou de forma imediata a perda de casas, de outros bens materiais, de escolas, de plantações, de animais de estimação, além da morte do Rio Doce, sobre o qual foram derramados 62 milhões de m³ de rejeito (LEMM et al, 2016). As consequências posteriores ao desastre, principalmente psicológicas, continuam presentes.

Desde o ocorrido, o governo vem tentando cumprir seu papel de mitigar os impactos socioambientais, assim como o de punir a empresa responsável. Nota-se, no entanto, que mesmo após vários meses da tragédia, algumas questões emergenciais como educação, saúde (física e psicológica) da comunidade, saneamento, religião, conforto, lazer, convívio social, entre tantas outras, ainda não foram totalmente atendidas. Isso faz com que outros agentes sociais se sintam forçados a cobrir essas lacunas. No âmbito político geral são organizações sociais, grupos de apoio, ONGs e afins que cumprem esse papel, sendo que no âmbito local (dentro da comunidade e da família), são as mulheres que normalmente lidam com essas questões, e acabam por desempenhar um papel essencial no processo de reconstrução da comunidade.

Sabe-se que historicamente é atribuída à mulher a função de dona do lar, ou seja, de ser a principal responsável pela criação dos filhos, de manejar os gastos dentro de casa, de fazer os serviços domésticos, de receber bem seu marido no fim do dia, entre outras funções majoritariamente restritas ao espaço interno, invisibilizadas e não remuneradas. Por outro lado, o homem é, nesse cenário, aquele que promove o sustento da casa e que participa das decisões da comunidade, ou seja, que está no espaço externo. Uma vez que o desastre desestabiliza a ordem a priori instaurada, alguns aspectos desses papéis deixam de fazer sentido, algumas responsabilidades mudam e a mulher passa a cumprir um novo papel, muitas vezes inclusive fora de casa. Dentro deste contexto, este estudo se propõe a analisar em

quais aspectos o *Desastre Ambiental de Mariana*, como conhecido nacional e internacionalmente, foi capaz de influenciar no papel cumprido pelas mulheres nessas comunidades.

2. Revisão bibliográfica

Para trazer respaldo às futuras discussões e conclusões desse estudo, é interessante discorrer previamente sobre alguns conceitos. Neste sentido, o conceito de Desastre Ambiental, entendido não somente como uma intervenção pontual, é abaixo desenvolvido, tanto na visão da sociologia quanto da engenharia. Alguns exemplos de análises do papel social das mulheres frente a outros desastres ambientais, tanto dentro quanto fora do país, também são apresentados. Além disso, se faz necessário compreender a questão de gênero no Brasil, como ela se constituiu durante a história e qual é o papel que as mulheres cumprem hoje na sociedade. Por último, um breve relato do “Desastre de Mariana” e seus impactos são apresentados, permitindo ao leitor entender um pouco mais a extensão do mesmo.

2.1. Conceito de desastre ambiental

Uma visão técnica científica de desastre o caracteriza como um evento externo e autônomo que atinge a humanidade. São acontecimentos geofísicos ou biológicos que possuem graus de perigo por conta própria, ou seja, tem suas próprias probabilidades de gerar danos ao meio que atingem (SIENA e VALENCIO, 2006). Seria como se a escala dos danos fosse diretamente proporcional a escala da força de um terremoto, por exemplo.

Na visão da sociologia, Perry e Quarantelli (2005) pontuam que o desastre possui suas raízes na vulnerabilidade do sistema social e se manifesta dependendo da dinâmica desse sistema. Os autores mencionam que é a organização desse sistema social que vai dizer se o desastre será premeditado e remediado. Então, de acordo com a sociologia, os danos causados por um terremoto vão depender também de como a sociedade que é atingida está organizada e preparada para lidar com o terremoto. Nesse caso os danos não estão somente relacionados a força do terremoto, mas também a “força” da comunidade.

Um desastre pode fazer com que casas, bens materiais e familiares sejam perdidos, seja pela destruição física, por falecimentos ou pelo afastamento das pessoas do seu cotidiano. Siena e Valencio (2009) explicam que essa perda afeta

diretamente a ordem e a rotina de uma pessoa atingida, e que esses aspectos são essenciais para a afirmação da sua identidade e para sua estabilidade interna. Ou seja, o desastre, ao tirar os referenciais de uma pessoa, desestabiliza não só o emocional deste indivíduo, como também a noção que ele tem de si mesmo.

O desastre traz à tona também fragilidades já existentes na sociedade, como por exemplo, a desigualdade de gêneros. Sartori (2009) discute que isso ocorre porque em momentos de desastre é comum que o Estado se preocupe em prover o básico para sobrevivência, mas não se preocupa em garantir direitos. Isso ocorre porque nessas situações os atingidos costumam ser “desumanizados”, ou seja, passam a ser considerados somente como vítimas e não como agentes capazes de opinar nas ações pós-desastre (SARTORI, 2009).

2.2. Papel da mulher na sociedade

Compreender que as mulheres não possuem seus direitos garantidos no Brasil é enxergar que existe uma divisão enraizada de funções sociais que faz com que a mulher seja oprimida socialmente. Algumas autoras mencionadas a seguir ajudam a entender melhor como se dá essa opressão.

2.2.1. O histórico da opressão de gênero

Nos Estados Unidos [assim como no Brasil], o processo de opressão das mulheres se deu de forma bastante distinta entre mulheres negras e brancas. Angela Davis (1982) descreve que o capitalismo industrial trouxe propagandas e novelas que classificavam as mulheres brancas como “mães” e “donas-de-casa” e as definições desses dois termos traziam consigo uma marca inegável de inferioridade.

Como no capitalismo o trabalho doméstico não era gerador de lucro, ele era considerado inferior ao trabalho capitalista, explica Davis (1982), sendo as mulheres consideradas as “donas” dessa função desvalorizada. A autora coloca que o trabalho doméstico não é apreciado no núcleo familiar, sendo somente notado quando não é feito. Além de invisível o trabalho doméstico é também interminável, repetitivo, cansativo e não-criativo. E mesmo que os homens também o façam, é considerado uma “ajuda”, pois eles quase nunca são os responsáveis.

Saffioti (2013) menciona em seu livro sobre outra autora, Betty Friedan, que em 1964 comprovou que, nos Estados Unidos, o tempo necessário para realizar os serviços domésticos (cuidados com a casa, ser mãe e esposa) era exatamente o

tempo que restava quando a mulher não estava em qualquer outro trabalho. A autora menciona que as donas-de-casa estadunidenses gastam tanto ou mais tempo nessa atividade do que suas mães gastavam, mesmo morando em apartamentos menores e possuindo sete vezes mais aparelhos domésticos.

Por outro lado, as mulheres que trabalhavam fora de casa eram tidas como invasoras do mundo masculino e recebiam, portanto, piores condições de trabalho e salários inferiores. Ou seja, elas eram mais exploradas e traziam ainda mais lucro aos patrões, pontua Saffioti (2013).

As mulheres negras, no entanto, por terem sobrevivido ao processo de escravização, possuem uma história bastante diferente: “as mulheres negras eram iguais aos seus homens na opressão que sofreram; elas eram socialmente iguais aos seus homens dentro da comunidade escrava; e elas resistiram à escravatura com uma paixão igual aos seus homens”, diz Davis (1982, p. 24). Ela explica que as mulheres eram colocadas para trabalhar no campo da mesma forma que os homens, e delas era esperado o mesmo volume de trabalho. Os castigos também eram os mesmos, com o adicional dos abusos sexuais que elas sofriam, sendo então castigadas de mais formas do que seus companheiros homens. Dentro das famílias negras, Saffioti (2013) explica que o trabalho doméstico era o único trabalho não forçado, sendo então dividido entre homens e mulheres. Quanto à resistência, Davis (1982) dá como exemplo a história de Harriet Tubman, que conduziu mais de trezentas pessoas, liderou tropas e nunca foi derrotada. Segundo a autora, Harriet Tubman foi uma das muitas mulheres negras que aprendeu a usar sua força para libertar e proteger o povo negro:

“Esta foi uma das grandes ironias do sistema de escravatura, sujeitando as mulheres à mais rude exploração imaginável, exploração que não olhava a distinção de sexo. Esse fundamento criou não apenas a afirmação das mulheres negras à sua igualdade através das suas relações sociais, bem como exprimirem-se através dos seus atos de resistência”, conclui Davis (1982, p. 24).

Por nunca terem deixado de trabalhar, dentro e fora de casa, as mulheres negras não se encaixaram nas definições de frágeis e submissas, como acontecia com as mulheres brancas, mas elas também limpavam a casa, cozinhavam e criavam seus filhos. Davis (1982) explica que elas precisavam ser fortes porque suas famílias e comunidades dependiam delas para viver.

2.2.2. *Violência contra a mulher no Brasil*

Santiago (2011) descreve que os crimes passionais [como são chamados os crimes cometidos por parceiros ou ex-parceiros da vítima] são definidos juridicamente como crimes causados por paixão. Por volta de 1900, diz a autora, a mídia culpava as mulheres pela ocorrência desses crimes. Mesmo após tantos anos, a situação de violência encontrada hoje no nosso país comprova a pouca eficácia das políticas públicas voltadas para reduzir esses crimes de violência, sendo que a culpabilização da vítima também continua sendo uma realidade.

O Mapa da Violência de 2015 coloca o Brasil na quinta posição na lista de países com mais homicídios de mulheres. A taxa de violência entre as mulheres brancas é de 3,2 (por 100 mil) e se tratando de mulheres negras essa taxa vai para 5,4. Das agressões a mulheres de 18 a 29 anos, 63% ocorrem dentro da casa da vítima, e em mais de 43% dos casos o agressor é o seu parceiro ou ex-parceiro. (http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php, acesso em 11 Out 2017)

Foram os movimentos feministas que trouxeram conquistas, como a Lei Maria da Penha, em 2006, que estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres vítimas de violência; e a definição de Femicídio na Lei 13.104/15, como crime hediondo contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em 2015, que tem melhorado um pouco essa realidade. A Lei Maria da Penha, por exemplo, ajuda na conscientização já que divide a violência contra a mulher em cinco formas, conforme apresentado na campanha abaixo: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. É comum que não se enxergue outros aspectos além da agressão física como violência, por isso a importância dessa lei.



Figura 1. Campanha de divulgação das formas de violência definidas na Lei Maria da Penha. Fonte: Página do facebook do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (acesso em 2017).

A violência contra a mulher é a forma mais primitiva de impor a ela a posição de submissão. Porém é a violência simbólica, ou seja, a normalização social dos outros tipos de violência, que faz com que esse cenário continue. Um exemplo disso é a ilegalidade do aborto no Brasil. Saffioti (2013) escreve que a liberdade da mulher está totalmente ligada ao direito de escolha entre ser ou não mãe, e a criminalização do aborto tira da mãe essa possibilidade de escolha. A Pesquisa Nacional de Aborto de 2010 aponta que, ao final da vida reprodutiva, 1 a cada 5 mulheres já fez um aborto, e mais de 50% dos casos de aborto levou a internação (DINIZ e MEDEIROS, 2010). As autoras também mencionam que é provável que as mulheres com baixa renda, que não fizeram uso dos medicamentos, são as que realizaram abortos em condições mais precárias de saúde (quase metade dos casos).

2.3. A mulher frente ao desastre ambiental

2.3.1. Como vítima de opressões

Conforme discutido acima (item 2.1), o desastre desestabiliza as bases dos indivíduos uma vez que desconfigura a rotina na qual viviam. Siena e Valencio (2006)

explicam que as mulheres, por serem normalmente encarregadas da manutenção da rotina da família, percebem com mais afincamento quando o equilíbrio do núcleo familiar está em risco. Conforme bem colocado por Valencio e Siena (2009), “Vai daí, a imagem corrente, em cenários de desastre, de mulheres prostradas em frente aos escombros da casa afetada, em busca de algo que não se revela de imediato, uma forma dela mesma reelaborar suas perdas procurando alcançar meios para evitar a morte social do grupo”.

É também por isso que elas acabam se responsabilizando por encontrar uma possível saída para as dificuldades que surgem após os desastres, e muitas vezes os outros membros da família esperam delas mais do que elas têm capacidade emocional ou material de oferecer, desgastando as relações interpessoais.

Uma questão que emerge nesses casos é a violência doméstica. Ela pode ocorrer pela primeira vez ou se intensificar na vida das mulheres após um desastre, uma vez que é comum o desastre gerar nos homens uma noção grande de impotência frente aos problemas, o que os torna mais violentos. Essa frustração e cólera muitas vezes acabam sendo descontada em suas companheiras, por estarem em situação mais vulnerável (SIENA e VALENCIO, 2009)

2.3.2. *Como protagonista das mudanças*

Diversos relatos já têm demonstrado o papel exercido pelas mulheres frente ao desastre ambiental, sendo alguns deles contextualizado a seguir, com intuito de se entender melhor essas vivências. Valencio (2005), por exemplo, tendo como base suas entrevistas com pessoas desabrigadas após o rompimento de uma barragem na Paraíba, aponta que são as mulheres que tomam a frente nos serviços de apoio e de coletas e distribuição de alimentos, uma vez que já tem como costume o cuidado do outro antes do seu próprio.

Um caso interessante que reforça isso se passou em Colonia El Arenal, no México, onde os depoimentos de três mulheres atingidas por uma enchente e recém-abrigadas traziam preocupações voltadas para a qualidade da alimentação no abrigo e o descuido com o lixo, enquanto o depoimento do homem atingido não apontava essas questões. Além disso, os relatos mostram o cuidado das mulheres com a comunidade. Uma entrevistada menciona que compartilhou os alimentos que tinha armazenado com os vizinhos, além de organizar um comitê que recolhia e administrava essa divisão de alimentos (ESCAMILLA, 2016).

A situação das *palaiês* em São Tomé e Príncipe, na África, apresentada por Fernandes (2016), é bastante incomum, mas também traz questões similares. As *palaiês* são mulheres que participam ativamente na economia da comunidade, pescando e vendendo os peixes no mercado. Elas entendem as recentes variações climáticas da Ilha como consequências do Aquecimento Global. Isso afeta as águas e a oferta de peixes, e faz com que elas se preocupem com a falta de renda para alimentar os filhos e temam pela vida dos seus companheiros - e futuramente dos filhos - em alto-mar. Este caso coloca mais uma vez as mulheres como observadoras das mudanças naturais e os reflexos disso na comunidade.

Valencio (2005) escreve que “A mulher, a quem tradicionalmente compete as funções de manutenção dos valores no âmbito da família, sofre com a dupla pressão de não poder externar sua fragilidade individual na vivência da situação e de manter-se como referência para os demais membros da família. Em termos psicossociais, é mais sujeita a apresentar receios de reviver a experiência do impacto, nisso ficando em ansiedade, medo e vigília constantes.” (VALENCIO, 2005, p. 11). Isso explica o comportamento vigilante e atento das *palaiês* no exemplo acima.

Siena (2009) traz o exemplo do terremoto Ízmit, que atingiu a Turquia em 1999. Segundo a autora, as mulheres atingidas se organizaram para construir centros de cuidado para as crianças, coletar informações importantes, e conseguiram aumentar a participação da população em geral, além de discutir problemas, analisar soluções e cobrar as autoridades responsáveis (com as quais se encontravam com regularidade). Após essa experiência o estudo aponta que: “elas estão mais confiantes e se sentem fortes”, compreenderam que “podem influenciar nas decisões fazendo processos e atos juntas”, “se sentem confortáveis com a linguagem técnica relacionada com a construção” e “podem se tornar bombeiras, técnicas em eletricidade e carpinteiras para benefício da comunidade”. Este caso é um bom exemplo de mulheres que conseguiram extrair consequências positivas de um desastre natural. Isso porque elas não só ajudaram a mitigar os impactos socioambientais (coletando informações e ajudando os atingidos) como fizeram isso de uma forma tão bem estruturada que a sociedade evoluiu com essa experiência, tanto politicamente (forçando as autoridades a atuarem) quanto em igualdade de gênero (conquistando mais espaço e voz na comunidade).

2.4. *O rompimento da Barragem do Fundão e algumas de suas consequências*

Em 05 de novembro de 2015 ocorreu o rompimento da Barragem do Fundão e o galgamento dos rejeitos de mineração sobre a Barragem Santarém, ambas pertencentes ao Complexo Industrial de Germano, localizado na bacia hidrográfica do Rio Gualaxo do Norte (Mariana/MG), afluente do Rio do Carmo, que contribui posteriormente para o Rio Doce. As atividades da Barragem eram operadas pela Samarco Mineração S.A, empresa pertencente à Vale S/A e à BHP Billiton Brasil Ltda (australiana). De acordo com a Defesa Civil o desastre foi classificado como nível IV (desastre de grande porte), com necessidade de ação conjunta entre os governos municipal, estadual e federal, uma vez que ambiente e sociedade não conseguem se restabelecer sem uma organização coletiva.

Apesar de a Empresa Samarco ter considerado em seu Estudo de Impacto Ambiental (EIA), elaborado pela Empresa de Consultoria Brand Meio Ambiente em novembro de 2005, que a categoria de risco em relação à frequência seria *improvável* e a classificação do risco seria *moderado*, o mesmo ocorreu com magnitude e extensão imensuráveis. De acordo com informações constantes em relatórios técnicos, o rompimento gerou 34 milhões de m³ de rejeitos (arenosos e argilosos-*lama*) classificados como não perigosos e não inertes para ferro e manganês (NBR 10004/87), entre outros particulados, sendo que 16 milhões de m³ continuam sendo carregados, aos poucos, para a jusante e em direção ao mar, ocasionando impactos ambientais, econômicos e sociais ao longo de toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em um trecho aproximado de quase 700 km de extensão, atingindo o Oceano Atlântico.

Resultados divulgados pelo CPRM (2016), obtidos em diversos trechos do rio Doce, antes e após a passagem da lama, indicam, por exemplo, o aumento considerável dos valores de turbidez, variando entre 3.820 (fz) e 822.000 NTU (Cachoeira dos óculos), provavelmente a causa mais provável da mortalidade em massa da comunidade aquática; da concentração de sólidos suspensos totais (de 118 a 397.428 mg/L), além de metais na água e sedimento (como ferro, manganês, chumbo e zinco). Outros resultados também indicam a presença de alumínio, bário, arsênio, mercúrio e cromo na lama, enquanto outros destacam a problemática da bioacumulação e seus efeitos em nível de cadeia trófica, incluindo possíveis interferências na saúde humana. Conforme apresentado pelo Ministério Público

Federal (MPF), em abril de 2016, em sua ação contra a Empresa Samarco, o último laudo (2014) da composição da lama de rejeito das barragens Germano e Fundão informa que esta é composta basicamente por óxido de ferro e sílica. No documento o MPF menciona Costa (2001), que relata que as associações minerais presentes nos depósitos explorados, tanto do ouro como do ferro, são ricas em metais traço, os quais apresentam alto potencial tóxico, e informa ainda que as principais alterações que podem ser esperadas, em relação às barragens de rejeito, são: na turbidez devido ao grande volume de sólidos em suspensão; nos parâmetros físico-químicos como pH e condutividade elétrica, sais solúveis, alcalinidade, óleo, graxa e reagentes orgânicos; e, a depender do minério e estéreis envolvidos, pode haver também alteração nas concentrações dos metais pesados Cádmio (Cd), Níquel (Ni), Cromo (Cr), Cobalto (Co), Mercúrio (Hg), Vanádio (V), Zinco (Zn), Arsênio (As), Chumbo (Pb), Cobre (Cu) e Lítio (Li).

Relatórios independentes, como o produzido pelo grupo GIAIA (Grupo Independente de Avaliação de Impacto Ambiental – <http://giaia.eco.br>), também demonstram as alterações na comunidade aquática, especificamente nas comunidades planctônicas, mencionando os valores elevados de metais (muitos acima dos recomendados pela legislação específica), que vem sendo reportados em amostras de água coletadas desde o distrito de Bento Rodrigues (Mariana/MG) até o município de Linhares/ES, incluindo o rio Doce e seus principais afluentes, bem como águas de abastecimento.

Se por um lado o impacto ambiental nos sistemas terrestre e aquático foi devastador, com prejuízo imensurável na biodiversidade e nas funções e serviços ecossistêmicos mediante a força e volume de passagem da lama, ocasionando o assoreamento dos corpos hídricos, a fragmentação de habitats, a alteração nos padrões de qualidade da água e solo, entre outros; nos aspectos social e econômico a situação não foi diferente. No aspecto social pode-se incluir a morte de trabalhadores (com o rompimento da barragem e após, mediante suicídios), o desalojamento da população, a desagregação dos vínculos sociais, a sensação de perigo e desamparo, a saúde da população e o preconceito; sendo que no aspecto econômico estão incluídos, por exemplo, a destruição de estruturas públicas e privadas, perda de patrimônios históricos, a interrupção de água e energia, a destruição de áreas agropastoris, a interrupção da pesca e das atividades de turismo, entre outros aspectos diretos e indiretos. Muitas destas avaliações constam da Ação

Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal, conforme autos nºs 60017-58.2015.4.01.3800 e 69758.61-2015.4.01.3400, além de outras apresentadas na ação.

Entre os sistemas que foram impactados e que precisam urgentemente de intervenção, considerando-se sua importância nos serviços prestados enquanto manutenção da biodiversidade (SPAROVEK et al., 2010), produção e sustentação, destacam-se os terrestres, nos quais, segundo as informações apresentadas nos relatórios, laudos preliminares e notícias publicadas nos meios de comunicação, os impactos foram severos, atingindo não somente comunidades e áreas produtivas, mas também áreas naturais adjacentes aos ecossistemas ripários dada à dimensão e a força do mar do lama que desceu após o rompimento da barragem. Embora o trabalho de levantamento por sensoriamento remoto do Laudo Preliminar apresentado pelo IBAMA (IBAMA, 2015) não possa comprovar a supressão efetiva da mata nativa, o trabalho relata que mais de 1470 ha de matas ciliares foram atingidas nos primeiros 77 km do rio e que o impacto não se limitou somente às áreas de mata ciliar, atingindo também fragmentos adjacentes e áreas com cotas mais baixas, onde a lama acabou sendo represada. As imagens e fotografias obtidas e disponibilizadas mostram claramente como a vegetação foi arrancada ou encontra-se soterrada pela lama que acabou depositada nas margens dos corpos hídricos. Neste cenário, o ecossistema natural foi praticamente todo descaracterizado, comprometendo sua estabilidade, os serviços ecossistêmicos, a biota e a resiliência das áreas atingidas. Os impactos causados foram imensos e a real extensão e as consequências diretas e indiretas deste desastre, permanecem, em sua maior parte, desconhecidas. Adiciona-se ainda o efeito continuado dos impactos, considerando não somente a extensão territorial abrangida pela lama, mas também a possibilidade de incorporação desta lama (rejeito) ao corpo hídrico, nos eventos climatológicos (chuva e vento) e hidrológicos (enchente e cheia), perpetuando o quadro de impacto aos recursos hídricos da região em escala temporal e espacial ainda não quantificável.

3. Objetivos

O principal objetivo desta pesquisa foi o de compreender de quais formas o *Desastre Ambiental de Mariana* modificou o papel social cumprido pelas mulheres que viviam nas áreas atingidas dos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo,

localizados no município de Mariana, em Minas Gerais, procurando, a partir deste estudo, analisar a relevância de se ouvir a voz da mulher e sua percepção dos impactos em um caso como esse.

4. Metodologia

4.1. A área de estudo

Esta pesquisa foi desenvolvida com mulheres que foram atingidas direta e indiretamente pelo desastre ambiental ocorrido em 05 de novembro de 2015, em função do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineradora, localizada no município de Mariana, MG, com reflexos em diversos outros municípios dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Os distritos mais próximos da barragem de rejeitos e, portanto, mais atingidos foram os de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, os quais foram fisicamente afetados pela deposição da lama (rejeito), considerando que a mesma invadiu ecossistemas naturais (aquáticos e terrestres) e destruiu totalmente ou parcialmente as comunidades localizadas a jusante do Complexo Minerário de Germano (barragens de Germano, Santarém e do Fundão), requerendo, de forma prioritária, uma intervenção mais imediata (Figura 2).

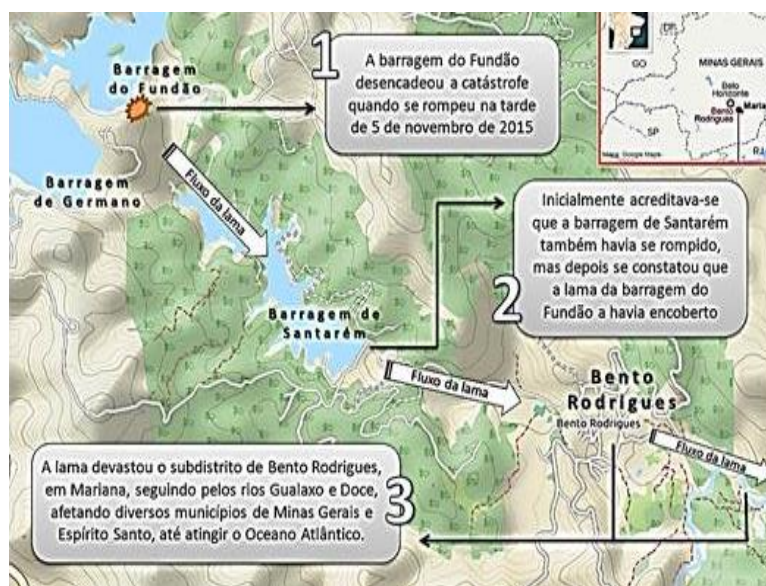


Figura 2. Localização do município de Mariana (MG) e do distrito de Bento Rodrigues, com esquema demonstrando o rompimento da Barragem do Fundão e o fluxo da lama (montagem esquemática baseada em informações constantes no site do GIAIA)

A cidade de Mariana foi fundada em 1745, sendo a primeira cidade e a primeira capital do Estado de Minas Gerais (Portal do Turismo da Prefeitura de Mariana,

acesso em 2017). Atualmente a cidade possui, de acordo com o IBGE (2017), uma população estimada de 59 mil habitantes e um IDH superior à média nacional (0,742). A população é majoritariamente urbana (88%) e alfabetizada (87%).

Dentre os distritos de Mariana encontra-se Bento Rodrigues, localizado a 15 km do centro da cidade de Mariana e primeiro distrito atingido pela lama (LEMM et al, 2016). Uma matéria da revista Piauí, escrita por Diegues (2016), descreve que Bento Rodrigues foi um dos primeiros povoados do Estado. A pequena vila abrigava cerca de 600 pessoas, e “boa parte de seus habitantes trabalhava na Samarco ou nas empresas que lhe prestavam serviço. Quem não fazia isso cuidava da roça.” descreve o autor.

Não muito distante encontra-se o distrito de Paracatu de Baixo. A 16ª Edição do Jornal “A Sirene” traz uma reportagem na qual o historiador Kleverson Lima relata que o primeiro documento relacionado a Paracatu de Baixo é datado de 1745. Embora antigo o distrito não possui grande documentação. Em uma segunda reportagem do mesmo jornal (Edição 14), escrita por Luzia Queiroz, encontram-se histórias contadas por moradores antigos da região, que falam sobre povos indígenas e escravizados que habitavam as terras. Queiroz (2017) pontua que as características físicas da população remetem a essa origem. Ainda na mesma reportagem, ela descreve que “O lugar tinha plantações de milho, feijão, café e arroz, além de criação de animais para reprodução e corte”.

Nas imagens e fotos apresentadas a seguir pode-se verificar a situação dessas localidades antes e após a passagem da onda de lama (rejeitos).



Figura 3. Imagens de satélite das barragens da Samarco (A) e do povoado de Bento Rodrigues (B) obtidas no dia 14/06/2015 (antes do rompimento da barragem) e 06/11/2015 (após o rompimento da barragem) (Fonte: SPOT 6 e 7/HIPARC/AirBus)



Foto 1: Sequência de imagens demonstrando os efeitos do rompimento da barragem do Fundão no distrito de Bentos Rodrigues. As fotos superiores e inferiores indicam a situação antes e após a passagem da onda de lama (rejeito), respectivamente, nas mesmas localidades. (as imagens superiores foram obtidas no site da TV Globo e as inferiores são de autoria de Espindola, 2016, em visita ao local após o desastre)



Foto 2: Imagens demonstrando os efeitos do rompimento da barragem do Fundão no distrito de Paracatu de Baixo, indicando a situação antes e após a passagem da onda de lama (rejeito) nas mesmas localidades (a imagem à esquerda foi obtida no Google Earth e a da direita é de Espindola, 2016)

Após o desastre, os moradores foram realocados primeiramente em hotéis, e posteriormente em casas alugadas pela Empresa Samarco, no município de Mariana, conforme apresentado na Figura 4, na qual se verifica a localização de algumas das casas que foram alugadas, onde vivem pessoas que costumavam ser vizinhas. Essa situação persiste até hoje, uma vez que a construção da nova Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo ainda está em fase de planejamento.



Figura 4. Mapa da cidade de Mariana, com as marcações feitas pelos próprios atingidos de onde eles estão morando após o desastre (Fonte: Jornal A Sirene, Fevereiro de 2016)

4.2. A abordagem da pesquisa

Previamente a abordagem metodológica, é necessário contextualizar um pouco o histórico desta pesquisa, o qual tem relação com uma disciplina ministrada em 2016 para a turma de graduação da Engenharia Ambiental pelo professor Evaldo Espíndola, com o nome “Monitoramento Ambiental: casos de estudo”. A disciplina foi totalmente voltada para o recém ocorrido Desastre de Mariana, e durante a mesma,

uma visita técnica para a região foi realizada em março de 2016, a qual aproximou os estudantes não somente dos cenários de destruição, como também das pessoas que haviam passado pelo ocorrido. Foi uma viagem marcante, carregada de emoções e que gerou nos estudantes um senso grande de responsabilidade pela mudança ao ver tamanha injustiça. Um desastre dessa proporção precisa ser estudado a fundo, e precisa ser trazido à tona, para que não seja esquecido e para que nunca mais aconteça. Das tantas facetas possíveis de serem estudadas, destacou-se a questão das mulheres atingidas, por ser um tema ao qual me sensibilizei por ter tanto carinho a luta coletiva das mulheres pela emancipação.

Em relação à abordagem da pesquisa, a mesma envolveu uma análise documental sobre o papel das mulheres em situação de desastre, procurando estabelecer um referencial teórico sobre o tema a partir de experiências similares, bem como o registro e análise dos relatos das mulheres que viviam em áreas diretamente atingidas pelo desastre ambiental de Mariana.

Para tanto, escolheu-se como ferramenta de pesquisa o Relato Oral, o qual, segundo Gagnon (1980), constitui um documento confiável uma vez que o entrevistado cumpre o papel tanto de protagonista quanto de testemunha do processo ocorrido, permitindo uma análise bem-feita dos convívios sociais. Esse tipo de relato pode ajudar, por exemplo, na criação de projetos de políticas públicas nas cidades, por trazer informações sobre a região que normalmente não são encontradas em documentos oficiais. Para Almeida (2001, p.62), “o relato oral transforma objetos de estudo em sujeitos”.

Existem diferentes métodos para se realizar uma entrevista, sendo que dois deles se ajustaram bem aos objetivos almejados por este estudo. Um deles é o não-diretivo, que permite e incentiva, de acordo com Godói (1999), que o entrevistado fale livremente sobre o assunto, como um monólogo. Somente no final da fala o entrevistador pode pedir que o entrevistado retome e aprofunde em algum ponto da fala dele, ou mesmo fazer perguntas específicas sobre algo que foi dito. O segundo método, por outro lado, é um método que interrompe o discurso do entrevistado, e é conhecido como semidiretivo. Este modelo permite que os depoentes definam a trajetória do relato, ao mesmo tempo em que deixa o entrevistador interromper a qualquer momento que julgar necessário para que todos os aspectos de interesse sejam abordados. É importante que, no início da entrevista, se explicito o tema e os objetivos da pesquisa (NISHIKAWA, 2012).

No estudo em questão, optou-se pelo método semidiretivo, devido ao silêncio que se instaurava nas falas, e ao fato de que, em alguns casos, as próprias entrevistadas solicitaram que se fizessem perguntas para guiar a conversa.

Em todo caso ressalta-se a importância do uso de um gravador, para que poucos ou nenhum detalhe passem despercebidos na entrevista, principalmente por ela ser extensa e os detalhes dos relatos serem importantes.

4.2.1. Público alvo a ser entrevistado e a condução da pesquisa em campo

Uma vez que este estudo se volta a compreender os efeitos do *Desastre de Mariana* na função social das mulheres atingidas, somente as mulheres que viviam ou ainda vivem em regiões diretamente atingidas pela lama foram entrevistadas. Isso porque foram elas que vivenciaram em primeira pessoa o ocorrido e conseguem melhor descrever as mudanças geradas nas suas próprias vidas.

Considerando que o método adotado (semidiretivo) implica em entrevistas que podem ser longas e detalhadas, já que a entrevistada fica livre para discorrer sobre o assunto, optou-se por estabelecer um estudo de base mais qualitativa, não priorizando um número elevado de entrevistas.

A seleção das mulheres a serem entrevistadas foi feita a partir de uma planilha obtida junto à Associação dos Atingidos, na qual constava nome e endereço das famílias que foram realojadas na área urbana do município de Mariana (Anexo 1). A seleção das residências levou em consideração a proximidade das mesmas em relação ao centro da cidade (logística) bem como as ruas nas quais estava alojado o maior número de famílias, sendo excluídas as casas nas quais não se constava residente do sexo feminino. Apesar de inicialmente ter sido pensado o uso do método Bola de Neve, no qual um entrevistado indica outro e assim sucessivamente, na prática isso não funcionou, pois as pessoas não sabiam os endereços atuais dos conhecidos e familiares. Adicionalmente, algumas famílias já haviam se mudado e em outros casos os endereços eram inválidos.

Foi andando pelas ruas que encontrei em um prédio público as primeiras mulheres que aceitaram ser entrevistadas: V., de Bento Rodrigues, e A., de Paracatu, mais relutante em conversar sobre o assunto. Nenhuma das duas residia no centro de Mariana, porém trabalhavam no local.

Para além da lista de endereços, optei também por indagar os moradores locais sobre as pessoas que vieram das áreas atingidas. Foi dessa forma que descobri uma

casa onde morava “um pessoal de Paracatu” (usando as palavras do dono do estabelecimento), em uma ruela. A mãe da família não estava em casa, porém seu filho passou o contato dela, afirmando inclusive que “ela é melhor pra falar dessas coisas”. A entrevista foi agendada para o dia seguinte.

No dia 5 de maio de 2017 realizei uma visita ao Distrito de Paracatu de Baixo, o que foi de grande importância para atualizar a visão da situação geral da região e principalmente rascunhar uma ideia de como era a vida ali. Imaginar as crianças saindo da escola e indo jogar bola na quadra que ficava logo a frente; ver as famílias indo à missa na igreja; imaginar as pessoas indo beber uma cervejinha no bar a noite... Tudo isso foi interessantíssimo para se entender um pouco do que as mulheres posteriormente relataram da vida antes do desastre, pois ter a imagem do local na mente ajuda bastante a compreender alguns pontos dessas falas. Em relação a Março de 2016, data da minha última visita à cidade, foi possível comparar a situação do local e notar as modificações realizadas pela Mineradora Samarco após um ano.

Em Paracatu de Baixo entrevistei um grupo de cinco mulheres. A entrevista foi um pouco complicada, pois as mulheres falavam muitas vezes ao mesmo tempo e a reação delas ao assunto eram bastante diferentes (uma demonstrou raiva, a outra queria contar diversos detalhes e uma outra se emocionou por ter perdido um parente, entre outras reações). Esse processo de entrevista coletiva também impossibilitou uma atenção maior a cada uma delas.

De volta a cidade de Mariana toquei campainha em uma das casas da lista e encontrei C., que me recebeu muito bem e me convidou para entrar, mostrando sua horta no fundo da casa e me falando dos seus netos. Foi uma entrevista tranquila. Em seguida fui para a casa de E., a qual tinha adquirido o telefone no dia anterior e marcado um horário. Também fui muito bem recebida por ela. Encerrei as entrevistas do dia e fui para o ato do grupo conhecido como Um Minuto de Sirene, na expectativa de encontrar mais mulheres.

No dia 06 de manhã, no sábado, liguei para um contato da moça que fabricava geleias de pimenta em Bento Rodrigues e agendei uma visita para o fim da tarde. Depois do almoço tentei uma casa na qual fui convidada a entrar, mas ao falar dos meus objetivos de pesquisa, a atingida preferiu não ser entrevistada. Era um dia delicado, aniversário de um parente, e ela preferia não reviver aquelas memórias naquele dia. Ela se desculpou e me desejou boa sorte no estudo. A segunda casa que tentei era um prédio onde viviam algumas famílias atingidas. No primeiro apartamento

não tive sorte, pois a mulher da família não estava em casa. O homem que me atendeu me disse para tentar o segundo andar, onde encontrei P., que aceitou tranquilamente ser entrevistada, mas pediu para não ser gravada.

Saindo da casa dela fui encontrar K., que trabalha fabricando as geleias de pimenta, no horário combinado. Também fui bem recebida e pude gravar. Ela pediu para que eu fizesse perguntas para melhorar o andamento da entrevista.

Em todas as casas que entrei (ou locais de trabalho) me apresentei, disse quem eu era, de onde vinha e o que estava fazendo na cidade, e qual era o conteúdo e objetivo do meu trabalho de forma simplificada. Mencionei que eu entendia a dificuldade de falar daquele assunto e que não tinha problema algum se elas não o quisessem fazer, e eu procuraria a próxima casa. Também dizia que não ia pedir para elas falarem do dia do desastre em si, pois entendia que seria muito doloroso e de todo jeito não era o que eu estava buscando.

Sobre a entrevista em si, perguntava se podia gravar, e dizia que não tinha resposta certa ou errada para as perguntas que eu iria fazer. Então perguntava sobre como era a rotina delas no local onde viviam (Bento Rodrigues ou Paracatu de Baixo) e depois que elas contavam, perguntava qual era a preocupação que elas tinham na época. Depois pedia para que me contassem do cotidiano em Mariana e das preocupações atuais em suas vidas. Na maioria das entrevistas, no entanto, as mulheres entrevistadas não davam continuidade na fala, então eu senti a necessidade de fazer diversas pequenas perguntas no meio: perguntava se tinham horta, se iam a igreja, se participavam de algum grupo na cidade, como era a relação com os filhos, etc. Dessa forma conseguia dar um melhor andamento para as entrevistas. Um roteiro básico da pesquisa é apresentado no Anexo 2.

As perguntas feitas permeavam o cotidiano para que as entrevistadas trouxessem à tona suas tarefas enquanto mulheres na comunidade e agora em Mariana: quanto do seu tempo era dedicado ao cuidado da casa, ao cuidado da família, ao trabalho, à igreja, ao seu próprio lazer, aos cuidados psicológicos dela e dos próximos, e como isso se modificou ou se manteve após o desastre. As perguntas sobre preocupações (tanto anteriores quanto atuais) remetem também ao papel social por destacarem aquilo que elas acreditam ser de maior relevância dentre todas essas funções cotidianas.

4.3. A análise das entrevistas

4.3.1. A transcrição

A transcrição é o ato de ouvir a gravação da entrevista realizada em campo e escrevê-la em palavras. Transcrever com exatidão é respeitar a memória, e com isso a vivência, daquele que deu seu relato oral. Queiroz (1983) traz um ponto interessante sobre esse assunto: a importância da transcrição ser realizada pelo próprio entrevistador. O motivo disso, ele explica, é que transcrever a entrevista faz com que o entrevistador reviva o momento nas suas memórias, retomando os detalhes que vão da entonação da voz do entrevistado a algum comentário que possa ter passado despercebido. Diferente de um terceiro transcritor (que não tenha presenciado a entrevista), o entrevistador consegue lembrar inclusive as emoções que a pessoa entrevistada demonstrou, assegurando a não “despersonalização” da redação.

Em relação a técnica para transcrever, Whitaker et al. (2002) recomendam que se tome alguns cuidados para não desrespeitar a fala dos entrevistados. Deve-se transcrever seguindo a sintaxe original da fala, com a concordância e a regência verbal utilizadas pelo entrevistado, ainda que seja diferente da norma culta da língua portuguesa. As frases não devem conter, no entanto, erros ortográficos.

4.3.2. O Discurso do Sujeito Coletivo

A análise dos resultados teve apoio no método conhecido como “Discurso do Sujeito Coletivo”, criado pelo casal Fernando Lefèvre e Ana Maria Lefèvre. A ideia do método, de acordo com eles, é representar a visão de um coletivo sobre determinado assunto a partir de um discurso único, escrito em primeira pessoa do singular, composto quase inteiramente de trechos retirados das falas individuais. Isso permite uma análise dos depoimentos de forma agregada sem apagar a relevância de cada um deles (LEFEVRE & LEFEVRE, 2003). Agrupar esses diferentes discursos em um único também ajuda a explicar melhor a ideia central e enriquecê-la com mais argumentos (LEFEVRE, LEFEVRE e MARQUES, 2009).

Na prática foi necessário analisar as transcrições das entrevistas e destacar as ideias centrais que apareciam nos discursos a partir de expressões chaves. Depois as ideias centrais foram agrupadas em temas, para melhor organizá-las. O passo final foi agrupar as expressões chaves que estavam relacionadas a cada tema e compor o Discurso do Sujeito Coletivo (DICTORO, 2016).

5. Resultados

5.1. Caracterização das entrevistadas

Uma breve descrição do perfil das mulheres entrevistadas está apresentada no Quadro 1. Todas elas residiam ou trabalhavam no centro de Mariana. De idades variadas, quase todas são mães e negras. As mais idosas possuíam baixa escolaridade (a entrevistada E. aparentou não saber escrever, pois ao assinar a permissão de gravação, escreveu seu nome lentamente, letra por letra, demonstrando falta de intimidade com a escrita das palavras).

Quadro 1. Perfil geral das mulheres que foram entrevistadas neste estudo.

Entrevistada*	Cidade onde vivia	Idade Aprox.	Filhos	Estado Civil	Ocupação
V.	Bento	40 anos	1 filha	casada	Agente de Saúde Comunitária
A.	Paracatu de Baixo	35 anos	2 filhos pequenos	casada	Agente de Saúde Comunitária
C.	Bento	65 anos	8 filhos	separada	Aposentada. Antes era servente de escola
E.	Paracatu de Baixo	60 anos	3 filhos	solteira	Aposentada. Era cozinheira da prefeitura
P.	Bento	40 anos	2 filhas	casada	Terceirizada da Samarco
K.	Bento	40 anos	2 filhos	casada	Produtora de geleia de pimenta biquinho
Grupo de Atingidas	Paracatu de Baixo	Variada	Variado	Variado	Trabalham na horta de uma fazenda em Paracatu de Baixo

*Os nomes originais não foram utilizados para preservar a identidade e a segurança das mulheres entrevistadas.

5.2. Temas que se destacaram nas entrevistas

A análise das entrevistas permitiu identificar alguns elementos do cotidiano nos quais duas ou mais mulheres notaram mudanças antes e depois do desastre. Esses elementos estão apresentados no Gráfico 1, juntamente com o total de mulheres que falou sobre o elemento, considerando-se o total de 7 entrevistas. Verifica-se, por exemplo, que os itens Relação com o local, Criação dos filhos, Qualidade de vida e Relação com os vizinhos estiveram em 100% das entrevistas; Fé e Horta apareceram em 86% das entrevistas; Atividade remunerada, Custo de vida, Instabilidade emocional e Eventos festivos foram relatados em 71% das entrevistas; Mobilidade em

57%; Participação política e Religiosidade em 42%. Esses itens, à luz de referenciais teóricos, passam a ser discutidos nos itens a seguir, subsidiando uma melhor compreensão da situação das mulheres frente ao desastre.

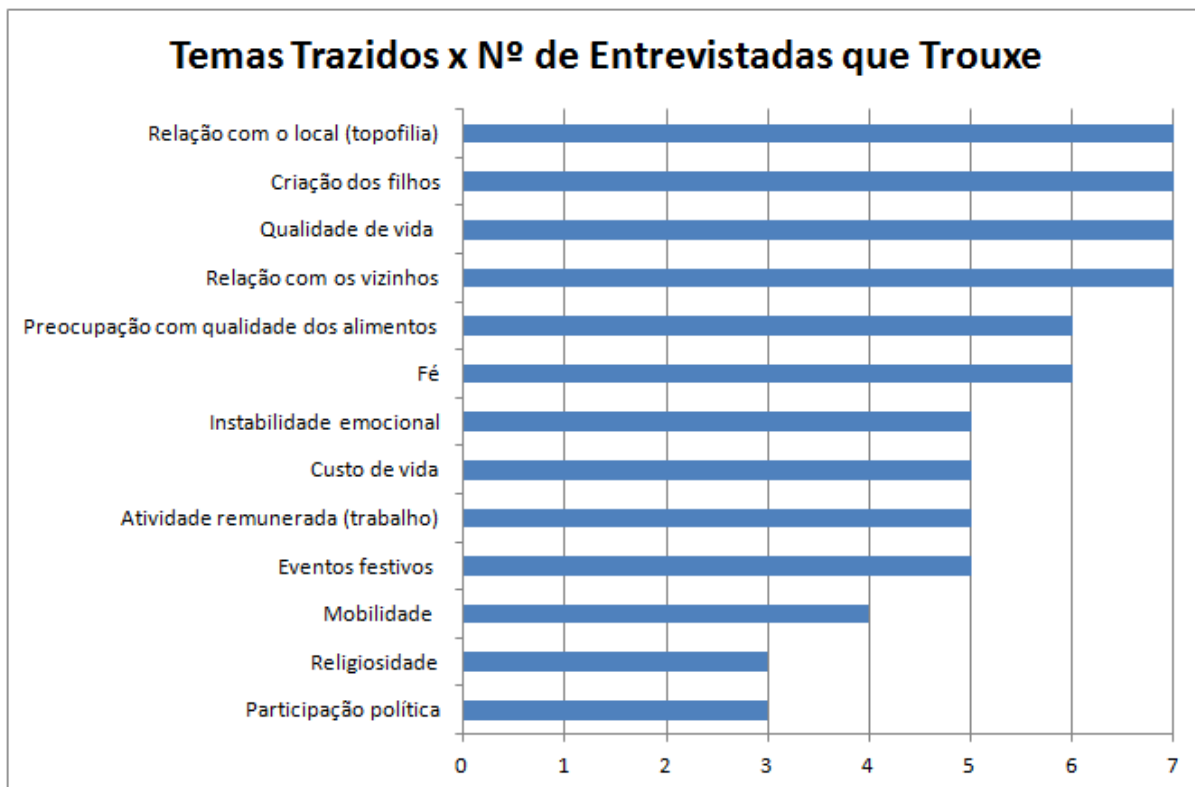


Gráfico 1. Relação de temas que surgiram nas entrevistas e número de entrevistadas que trouxeram o tema.

6. Discussão

Ao se analisar os temas que se destacaram fica claro como o papel social da mulher se constrói majoritariamente em cima das responsabilidades que elas foram induzidas a ter ao longo da história, como a criação dos filhos e o custo de vida. Para compreender melhor essa associação, aprofundou-se a discussão desses temas, conforme apresentado a seguir.

6.1. Relação com o local (Topofilia)

“Topofilia” foi um termo criado em 1957 por BACHELARD, que, de acordo com MARIN (2003), remete ao valor que o ser humano atribui a um “espaço feliz”, ou seja, a um espaço amado que traz a sensação de proteção. A autora explica que essa percepção existe no consciente, mas está muito mais estabelecida no inconsciente,

nos “valores imaginados”. O discurso das entrevistas traz bastantes aspectos relacionados ao valor que as mulheres atribuíam à cidade onde viviam e atribuem hoje a Mariana, com apresentado neste relato:

“Fui pra lá com 2 anos de idade, eu considero de lá mesmo (risadinha). Deixa muita saudade na gente. De vez em quando eu volto lá, depois do desastre. Apesar que a gente chega lá não vê nada, mas eu gosto demais de lá. Tem que ir. Me nasci lá, criei lá, é lá que eu... né? Que eu tinha minhas coisa ali, que eu adquiri com dificuldade. Até então eu ainda não tinha adquirido uma casa, e é lá que tinha a minha casa. Dá saudade de lá, do fogão aceso, a casa limpa e as meninas na porta com as amigas conversando”

Muitas das entrevistadas ainda visitam a cidade com frequência, ainda que não encontrem a mesma cidade de antes e mesmo contra a vontade dos filhos. Elas falam da importância do local em suas histórias de vida, mas nota-se que os motivos vão além disso, que é algo quase intuitivo, como se elas “tivessem que ir”. O cenário do fogão aceso e da casa limpa é uma cena que traz tranquilidade e conforto. É possível considerar isso um exemplo bastante adequado de topofilia, de uma relação de respeito com um espaço amado, ainda que ele se encontre destruído.

Em outro relato, verifica-se a forma pela qual as mulheres se referem à cidade de Mariana:

“Eu trabalhava até aqui em Mariana [antes do desastre], e eu tinha que vim para mim não perder meu emprego. Olha minha filha, no início que eu fiquei lá foi muito ruim, agora melhorou um pouco porque o dia a gente passa aqui em Paracatu, né, e vai embora, chega lá em Mariana só dorme e pronto. Aqui eu não deixo meus filhos sair, eu não tenho confiança de deixar eles sair não. Porque a criação de quem foi criado na roça é diferente de quem nasceu e foi criado na cidade, não tem a maldade que uma pessoa que mora na cidade tem. Eu fico todo dia pensando assim, eles devia de apressar fazer essas casa mais depressa, porque aí a gente ia embora e Mariana mesmo melhorava um pouquinho, né? Diminuía um pouco de gente Mariana também, né? Mas a gente não tem culpa, se a gente pudesse ajudar é uma coisa, mas a gente não tem culpa. A gente passa às vezes e escuta a pessoa falando que nós que fomos morar debaixo da represa. A barragem lá foi construída há quarenta e poucos anos. Bento tem mais de trezentos anos. Mais de trezentos!”

Quando elas se referem à cidade de Mariana, no entanto, a sensação é bastante divergente. A falta de segurança é um dos aspectos colocados. A sensação que elas estão atrapalhando a cidade também aparece, em algumas falas, como um sentimento de culpa, e em outras como defesa ao reconhecerem que a culpa não é dos atingidos; algumas mulheres, inclusive, defendem Bento Rodrigues “com unhas e dentes”. Essa desconfiança com a cidade e o sentimento de não-pertencimento ao local vão nortear bastante as outras relações que surgem nesse ambiente, como a criação dos filhos, o custo de vida, a relação com a vizinhança e mesmo a instabilidade emocional.

6.2. *Criação dos Filhos*

A criação dos filhos é entendida na nossa sociedade como função da mãe, ainda que o pai ajude (DAVIS, 1982). O desastre foi capaz de alterar as circunstâncias de criação dos filhos pequenos e ao mesmo tempo modificar a relação das mães com os filhos já crescidos, conforme colocado a seguir.

“A gente não precisava preocupar que os filhos da gente tinha saído, tinha ido no campinho jogar bola, os meninos viviam soltos pela cidade. A gente não tinha esse tipo de preocupação. Um chegava ia pra casa do outro brincava, agora não, os coleguinhas mora tudo longe, eles brincam só lá na escola. Gestante eu pensava: quero criar minha filha mexendo na terra, pegando na terra, brincando na terra, e esse sonho se quebrou. E até hoje ela não teve contato diretamente com a terra.

As filhas não acostumaram com a escola no começo. Era difícil, a gente teve que conversar muito com elas. Porque aonde que é a escola deles eles tinham muito preconceito. Os outros ficavam humilhando eles demais, tanto os meninos quanto as funcionárias, os professores... Inclusive as minhas meninas mesmo, a professora chegou a falar pra elas que queria tá no lugar da gente. Aí não tinha vontade de ir pra escola. Ia porque tinha que ir, tem que estudar, mas não por vontade. Aí agora eles vão mudar de lugar, agora vai ser um espaço só deles. Tá todo mundo feliz.

Antes lá uma pessoa, parente minha, cuidava dela, mas ficou longe. E aqui, hoje, ela fica na creche. Porque onde ela ia ficar ia ficar próxima de mim, no horário de almoço eu poderia ir lá. E aqui já não tem, aqui pra mim ver eu tenho que andar bastante. Aí eu não vou, não dá tempo pra ir. Tem filho que

mora aqui que eu não sei ir na casa deles. Um eu já fui na casa dele, outro nunca fui, porque é longe eu não dou conta. Hoje meus três filhos tão desempregados”.

É possível perceber que a vivência dos filhos na cidade de Mariana é muito diferente do local onde nasceram. A falta de contato com a terra, as brincadeiras ao ar livre e na casa dos amigos são muito mais restritas, e a relação na escola vem sendo dificultada pelo preconceito. Em um trecho do Jornal A Sirene Ed. 4 (2016) uma das crianças define o termo ‘preconceito’ como “chamar a pessoa de lama porque veio do Bento” (A Gente Explica, p.14). Outra mudança que aparece é o distanciamento na relação, imposto pelo distanciamento físico, tanto da mãe que não pode mais ver sua bebê no horário de almoço, quanto da senhora que não sabe mais chegar à casa do seu filho. Uma última colocação é em relação ao desemprego dos filhos em Mariana, que prejudica a renda familiar, mas também é uma preocupação grande para a mãe.

6.3. *Qualidade de vida*

Neste item fala-se bastante dos tempos de lazer e bem-estar, algumas vezes relacionado ao cuidado com a horta e outras com os convívios que a cidade proporcionava (atividades realizadas aos domingos, principalmente). Além disso, se fala da tranquilidade que a roça dava pelo fato de nunca haver falta de alimentos e também da ajuda dos vizinhos. A falta de tranquilidade na roça aparece na fala de K., que sentia medo nas noites de chuva por causa da barragem

“Lá a vida era tranquila! Aí eu trabalhava as horas de trabalhar, ia pra casa, ia mexer na horta. Aí eu cuidava disso, né, da minha casa, das minhas plantinhas... Dia de domingo a gente tinha os boteco, aí ouvia umas música, ia comer o pastelzinho da dona Laura. Tinha a igreja, campo de futebol, os jogos que a gente ia Domingo. Na roça sim nós tínhamos liberdade, a gente não tinha nada com miséria na roça, nada! Eu mesma tinha duas horta dentro do meu terreno. Quando chovia eu nem dormia de noite com medo, que eu durmo muito, tinha medo da barragem estourar e morrer dormindo.

Aqui assim né, ... Tá bom, né? Que que a gente faz aqui em Mariana? Casa, né? E ir na rua, como diz, comprar umas coisas, fazer umas coisas que a gente tem que fazer, e voltar pra casa. Não tem nada pra fazer! Aqui é tudo corrido, eu fico na rua até tarde.”

As falas sobre Mariana já aparecem sem tanto ânimo, embora muitas mulheres mencionem que não tem do que reclamar e que está tudo certo. Foi possível notar no tom das entrevistas que os fins de semana eram os dias mais difíceis para elas, por serem dias cheios de atividades na roça e vazios de atividades na cidade.

6.4. *Relações estabelecidas com os vizinhos no cotidiano e mobilidade*

Um aspecto também importante e encontrado em várias falas relaciona-se com a mobilidade e com as relações estabelecidas com os vizinhos, como mencionado na fala a seguir: **“É... Essa é a grande diferença: a vizinhança, né? A gente era unido! quase tudo era um parente do outro, sabe? todo mundo conhecia todo mundo, morava tudo perto um do outro. Quando tinha evento todo mundo participava. De Domingo a cidade toda ia pro bar da Sandra e a praça ficava cheia de cadeiras. Todo mundo jogando truco, conversando. Igual é aqui, aqui você não tem conhecido quase nenhum, esparramou todo mundo. Aqui a gente anda bastante, são vários bairros né? Tudo é muito longe. Eu mesmo assim, to no centro, e quase não vejo ninguém. Eu tenho a minha sogra, se eu tiver de ir lá se não tiver ninguém pra me levar eu tenho que pegar um táxi. Não tem esse negócio de ficar contando causo dos outros não que nós não tamo lá na roça. Então aqui é Oi e passa né? As pessoas olham estranho, sabe? O que a gente ouve muito são críticas. Passa na rua a gente ouve, chega no supermercado ouve, fila de banco,... Acha que a gente tá aproveitando ainda, que a gente tá na vida boa.”**

A relação de articulação entre as pessoas da comunidade sofreu grandes mudanças com o distanciamento. Em Mariana as pessoas que antes eram vizinhas agora moram em bairros diferentes. Na cidade tudo é longe e ir até outro lugar encontrar alguém passa a implicar em gasto de dinheiro e tempo. Afastar esses moradores enfraquece tanto a sensação de acolhimento e uma melhor adaptação à cidade nova quanto à resistência e organização para possíveis exigências e mobilizações. Mas a saudade de sair na rua e encontrar rostos familiares e pessoas confiáveis é o que mais aparece como problema para as mulheres entrevistadas. Para piorar a situação muitas relatam ouvir comentários dos moradores de Mariana que criticam os atingidos por serem os responsáveis pela Empresa Samarco ainda estar parada. Alguns chegam a dizer inclusive que os atingidos estão muito bem e se

aproveitando da situação. Essa falta de informação piora bastante a receptividade da cidade aos novos moradores.

6.5. *Eventos festivos*

Os eventos festivos realizados em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo tinham a característica de juntar a comunidade toda, com destaque aos eventos religiosos, que a população continua organizando mesmo depois do desastre. Nos relatos fala-se de um evento em Mariana, de eventos no terreno onde era Bento Rodrigues e ainda de um evento no terreno onde será construído o novo “Bento”. Os eventos continuam importantes por conseguirem reunir a comunidade que agora se encontra distanciada, além de reforçar o sentimento de pertencimento dos locais aos moradores, no sentido da antiga cidade (ainda que destruída) e da futura cidade (ainda que não construída) pertencerem a eles. No texto apresentado abaixo se verifica a importância destes eventos para as mulheres entrevistadas:

“Muita festa que tinha naquele lugar ali! Nas festividades, aniversários, dia das mães, chamava todo mundo. Tinha as festas religiosas, final de Julho que era festa de São Bento, aí tinha final de Setembro, que era Nossa Senhora das Mercês, e dia 12 de Outubro tinha de Nossa Senhora Aparecida. Aí a comunidade juntava, sabe?

Aí esse ano passado a gente fez também. Aí foi daqui. Não foi igual porque não era no Bento, né, mas se não pode deixar de fazer, né? A festa de São Bento ano passado a gente rezou a missa lá no Bento, fez a procissão igual era todos anos... de Nossa Senhora das Mercês também fez... esse ano a gente vai fazer de novo se Deus quiser.

Segunda-feira agora, teve uma missa lá no meio do mato, onde que a gente vai morar. Limpou uma pracinha, fincaram a tenda, fez um negócio bonitinho, sabe? E teve os convidado de... Tanto do Bento como visitante de fora que sabe da situação. Foi muito bom, né? Foi muito bom! Muito legal. Hoje parece que o povo de Bento tem mais amor um com o outro, porque se vê pouco. As festas, por exemplo, são ótimas hoje porque ninguém tem vontade de ir embora, sabe?”

6.6. Preocupação com a qualidade dos alimentos

Outro elemento importante encontrado nas falas foi a preocupação das mulheres com a questão alimentar, relacionado não somente com a qualidade, mas também com os custos:

“Lá era assim: Criava porco, galinha, tinha muita banana, mamão, fruta... Precisou você ia na horta e apanhava! Lá, como se diz, a gente jogava limão fora! Isso é o que todo mundo sente falta, nó! Pouquíssimas pessoas tem esse espaço pra plantar. Aí tem que comprar e congelar! Lá você comprava um mole de couve mas era um mole, não cabia na mão! Aqui são seis folhas, sete! Aí a diferença é muita. O problema é esse, você compra caro e ainda compra com doença.”

Na zona rural as mulheres tinham espaço para cultivar seus próprios alimentos: a horta, tantas vezes citada nas entrevistas, além de fonte de alimentos saudáveis e em grandes quantidades, era também parte da rotina de cuidados dessas mulheres. Elas também criavam animais como galinhas para alimentação. Agora, em Mariana, as mulheres não têm espaço para hortas, com poucas exceções, como a de C., que aparece na foto abaixo (Foto 3), com seu quadradinho de horta no quintal de casa. Além do gasto de dinheiro, elas falam também dos agrotóxicos (“compra com doença”) e de terem que congelar os alimentos, que reduz sua qualidade. É bastante provável que os hábitos alimentarem dessas mulheres e de suas famílias tenham piorado depois da mudança de cidade.



Foto 3. Horta adaptada no quintal da casa de C., em Mariana. (Foto de Thaís N. Rosenthal, maio de 2017)

6.7. *Instabilidade emocional e fé*

Outros elementos destacados nas entrevistas foram a instabilidade emocional e a fé, como apresentado a seguir: **“Tem mais de um ano que isso aconteceu, as pessoas acham que a gente tá bem, bem, bem, cem por cento, não! Com o passar do tempo as vezes o psicológico da gente em vez de melhorar, piora! A gente nunca nem imaginou morar na cidade. Acostumar a gente não acostuma não. Lá a gente fica pensando nas coisas. A gente saber que perdeu tudo, tudo que a gente adquiriu com dificuldade, ruim é isso né? igual eu adquiri a família, foi crescendo. Isso que é muito doído, né?”**

Depois que aconteceu, o trabalho me mandou lá pra Bento pra encher as caixas d’água. Aí o primeiro dia foi muita tristeza, chorei bastante. Tem os momentos que são mais difíceis, no Natal, nos eventos festivos, na formatura dos filhos. O que ajuda hoje em dia é passear nos distritos conhecidos.

O que a gente queria mesmo era que a Samarco, não, que a Renova dê a nossa casa de volta pra gente viver de novo. Acho que pra eles o que tava morando lá de baixo da barragem nem animal era, porque por uma criação você tem respeito, né? E nem isso por nós eles tinha. Acho que pra eles se nós tivesse morrido tinha sido melhor.

Tem dia, por exemplo, assim, hoje de eu tá bem, amanhã (modo de dizer né) tem alguém assim bem pra baixo, aí o outro chega lá e fala assim “não, bola pra frente”. Aí quando é depois, aquela pessoa que precisou de ouvir está orientando outro. E assim vai levando! Às vezes a gente encontra com pessoas que passa muito tempo sem ver, (pausa - ela se emociona) aí chora, o outro também chora, tem dia que às vezes uma coisa simplesinha te coloca lá em baixo e tem dia que você ouve tanta coisa e você não fica pra baixo.”

Diversos elementos são trazidos com uma carga psicológica: a falta de respeito pela parte da empresa, por elas se sentirem menos importantes que animais; a saudade das pessoas que moravam perto ou mesmo que faleceram; as pequenas coisas que elas ouvem no dia-a-dia na cidade pelos outros moradores; a memória do que elas perderam que foi construído e adquirido com carinho e esforço. Nesse último item é colocada também a família como algo que elas estruturaram e que se desestabilizou com o desastre, conforme colocado por Valêncio e Siena (2009) a partir da cena da mulher frente aos escombros, tentando entender o risco que corre o seu núcleo familiar (explicado no item 2.3.1).

As mulheres possuem o entendimento de que elas precisam de suas casas de volta para poder recomeçar suas vidas, mas que isso não vai acontecer tão cedo. Elas têm muito suporte na fé, pois todas falaram de Deus como base para se manter de pé, como aquele que não deixou a situação ser pior do que foi e também como aquele que pode ajudar a guiar os acontecimentos futuros. Verifica-se, neste aspecto, que a fé cumpre o papel de ser um pouco do suporte psicológico que elas precisam, principalmente enquanto não conseguem suas casas de volta. Conforme os relatos das ex-moradoras de Paracatu de Baixo, os atingidos tiveram ajuda de psicólogos só no começo:

“Não adianta a gente desesperar, né? Tem que esperar pra ver o que Deus pode fazer pra gente, né? Deus tá aí com a gente, nunca nos deixou, né? Deus ajudou, porque o dono da horta foi atrás das meninas, mandou me chamar pra trabalhar aqui. No dia que a barragem estourou muita gente dava pra ter morrido! Muita gente mesmo, então nós tem que agradecer muito a Deus, muito mesmo, porque foi um milagre! A força que a gente tem vem de Deus, se não fosse Deus nós já tinha caído.”

6.8. *Custo de Vida*

Outro item constante nas falas das mulheres relaciona-se com o custo de vida, ressaltando ainda o papel da Empresa Samarco em suprir algumas das demandas: **“Eu fico boba, lá em casa tinha Condessa que secava no pé, ninguém nem ligava. Hoje você vai ali vê condessa pra comprar! Tem que comprar se quiser. Tudo aqui é comprado. E tem que sair sem dinheiro, se não gasta tudo. Certo que a Samarco tá dando... uma ajuda, né? Mas se você for bem olhar essa ajuda, se por tudo em prato limpo não dá não, pra sustentar não. Né? É por isso que nós tamo aqui trabalhando, minha filha, porque se não... Lá você podia economizar em muita coisa, aqui não tem como. Você compra muito, gasta muito. Tem mês que eles até ajuda na conta de luz. Que a conta de luz nossa lá era pouca porque a gente tinha serpentina no fogão, e aqui a gente paga um absurdo, né? A gente tem a ajuda da Samarco, mas até quando eu não sei.”**

Em relação ao custo de vida bastante coisa mudou no cotidiano das mulheres entrevistadas. O dinheiro que elas recebem da Empresa Samarco não parece ser suficiente para manter a qualidade de vida que elas tinham, até porque agora os custos subiram bastante: o aumento na conta de luz, o custo para locomoção pela

cidade que antes não existia, o custo dos alimentos que antes elas encontravam no quintal de casa, entre outros. Além disso, trabalhar em Mariana é bastante diferente do que na roça, os serviços são outros e, adicionalmente, o índice de desemprego já está alto na cidade (elas relatam o tamanho da fila do posto de trabalho, o SINE, da cidade). Isso explica porque algumas mulheres relatam que seus filhos e maridos estão desempregados.

6.9. *Trabalho e atividade remunerada*

Das mulheres entrevistadas apenas uma já era aposentada antes do desastre acontecer. As outras mulheres entrevistadas tiveram mudanças no serviço, conforme elas relatam a seguir:

“Lá em Bento eu já trabalhava, né, na unidade de saúde como auxiliar odontológico, e aqui, no caso, eu tô exercendo na verdade a função que era no contrato: a ACS (Agente de Saúde Comunitário).” - V.

“Quando eu vim pra cá eu aposentei, sabe? Aí parei de trabalhar” - E.

“Eu trabalho como terceirizada da Samarco. Aí antes eu fazia o plantio de grama nas rampas e hoje trabalho na recuperação das áreas afetadas pela lama.” - P.

“Lá tinha a plantação de pimenta, que a gente tinha que ir todo dia né, porque tem que capinar, olhar se não tem nenhuma praga, e depois tinha a época da colheita. Apesar de ser um serviço pesado, que serviço de roça é pesado, né? Mas eu adorava. Aqui é diferente que a gente vai lá só pra poder fazer geleia, não tem a plantação, né, pra gente poder trabalhar todo dia. E a geleia a gente faz duas semanas no mês. A Samarco ofereceu pra gente plantar numa fazenda que eles tem em um distrito aqui de mariana, Barro Branco, só que é muito longe. A associação não tem carro, né, aí a gente falou pra eles que era impossível.” - K.

“Eu trabalhava lá no posto de saúde, hoje é a mesma coisa, graças a Deus. A diferença é que aumentou as famílias, que lá era menos.” - A.

As maiores mudanças que podemos notar é da atingida que se aposentou e parou de trabalhar totalmente e da atingida que trabalha na produção de geleia, que agora só trabalha duas semanas por mês, já que não existe mais a plantação de pimentas. São mudanças drásticas de rotina e que podem alterar tanto a qualidade de vida quanto a estabilidade emocional dessas mulheres. Em relação à estabilidade emocional o relato mais delicado foi o da atingida que trabalha para a Empresa

Samarco, que agora vai até as áreas atingidas todos os dias para realizar seu serviço. Ela foi inclusive enviada para a própria cidade (Bento Rodrigues) pouco tempo depois do desastre e relata como foi um dia de muita tristeza.

6.10. *Religiosidade*

O item religiosidade esteve presente em várias das falas, demonstrando a relação das mulheres com a religião:

“Olha eu ia nas missas, né? Lá tinha as missas, tinha celebração ao segundo sábado, todo segundo sábado do mês tinha celebração, e no último sábado tinha missa, que era missa do dízimo. Aí eu ia nas duas missas, tinha reza todo dia na igreja pro santíssimo que ficava exposto. Eu não ia todo dia não, mas sempre. Aqui em Mariana tem a igreja que atende a comunidade, e uma vez por mês tem a missa pra população lá de Bento, aí a gente reencontra alguns, não são todos, que não são todos que vai na igreja. Aí continua a questão do dízimo, igual era lá, o coral também, é o mesmo. Aí tem essa dificuldade dos ensaios às vezes, o horário, a distância, dificulta um pouquinho, né? Tem hora que a gente quer ir pra Paracatu, aí os finais de semana que a gente vai lá a gente não vai pra missa”

Percebe-se, pela fala acima, que antes do desastre ir a missa era algo mais constante na vida de algumas mulheres. Atualmente, em Mariana, a igreja celebra uma missa voltada para Bento Rodrigues e uma para Paracatu de Baixo, uma vez por mês, sendo esta uma oportunidade de reunir a comunidade. Porém, ainda assim a constância diminuiu: nos fins de semana que A. vai para Paracatu ela não vai à missa, por exemplo. Em relação à participação no coral da igreja o que mais afetou foi a distância de onde as pessoas moram até a igreja, o que também pode ser um fator que desestimule uma frequência as missas.

6.11. *Participação política*

A política, por ser uma atividade externa e social que exige bastante determinação e certa agressividade na forma de se colocar, nunca foi um espaço convidativo para as mulheres entrevistadas. Porém, isso não significa que elas deixaram de fazer parte, conforme demonstra alguns exemplos colocados nesse trabalho, pois como uma agente que percebe bastante as mudanças na rotina, as mulheres são sujeitos importantes que possuem plena capacidade de atuar na política

da comunidade. Em Mariana, esse foi o caso de algumas das entrevistadas, como mencionado a seguir:

“O engraçado é que antes da barragem estourar teve uma reunião lá no Bento com o Germânio, gerente geral do complexo de Mariana, a engenheira zootecnista e outras pessoas da Samarco e da Vale. Teve a reunião lá pra gente falar a respeito da água da comunidade, porque a Vale tava extraíndo minério e assoreando o leito da nascente que levava água pra nós, e a gente tava ficando sem água. Aí um moço foi e perguntou pra eles, se a barragem corria risco. Ele falou “Não, a barragem é 1000% segura”. Quinze dias passou a barragem estourou. Aí um jornalista foi e perguntou pro Germânio “Cê não deve um pedido de desculpa pra população não?”, e ele respondeu “Eu não tenho que pedir desculpa pra ninguém não”.

Eu participava da comissão sim. Mas agora eu saí porque eu ficava nervosa demais, sabe? E sobrecarregada também. Eu vou o dia que eu fico sabendo, porque nem sempre eu fico sabendo da reunião. Tem um promotor que é muito bom, o doutor Guilherme que tá ajudando a gente demais da conta, o que a gente conseguiu até hoje foi por ele estar ajudando a gente.”

Das entrevistadas somente uma relatou participar de reuniões antes do desastre, e ela continua bastante envolvida politicamente, e durante a entrevista falou do promotor que está ajudando a população de Bento Rodrigues a conseguir seus direitos. Outra atingida coloca que vai quando fica sabendo da reunião e uma terceira diz que chegou a entrar na comissão, mas acabou saindo. Essas duas últimas aparentam ter começado a se envolver, ainda que de forma inconstante, somente depois do desastre. Essa organização da comunidade se torna necessária na conquista dos direitos após o acontecido, porém é natural que vá se enfraquecendo com o passar do tempo e com as barreiras que a justiça vai colocando. Por isso é importante a participação das mulheres nesses espaços de decisão para melhorá-los e fortalecê-los, aproximando a comunidade. De acordo com Sonia Mara, da coordenação nacional do MAB¹, em 2016 as mulheres já representavam 80% dos

¹ O MAB é um movimento nacional que luta pelos direitos das pessoas atingidas por barragens. Nascido no final da década de 70, o movimento conta com coordenação coletiva em todas as instâncias e está presente em 19 estados brasileiros. Desde o dia do desastre, o MAB atuou na região de Mariana ajudando a organizar os atingidos, e realizou inclusive uma Marcha de Regência (ES) à Mariana (MG), em Outubro/Novembro de 2016, com mais de 300 pessoas. (Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/11/marcha-de-atingidos-por-barragem-relembra-tragedia-em-mariana.html>>)

participantes da luta em Barra Longa, uma cidade vizinha de Mariana que também foi afetada. (ARAGÃO, 2016)

6.12. *Considerações Finais*

A vida na roça e na cidade grande são bastante diferentes e as mulheres, que são tidas como responsáveis por manter a rotina da família, são as que mais sentem essas diferenças. O uso da metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo se mostrou bastante eficaz no sentido de destacar os assuntos de maior relevância nas mudanças causadas pelo desastre na vida dessas mulheres. Foi possível identificar que, com a mudança para as casas alugadas em Mariana, a sensação de pertencimento à cidade deixou de existir, a relação com os vizinhos antigos está bastante prejudicada pela distância das casas e pela falta de convivência (que muitas vezes se dava em torno da igreja e seus eventos), a alimentação da família é agora mais cara e de menor qualidade, o custo de vida aumentou e a bolsa que elas recebem da Empresa Samarco não é suficiente para manter a qualidade de vida que elas tinham. Além disso, a criação dos filhos agora preocupa muito mais já que eles não podem mais brincar na rua e mostram dificuldade de se adaptar à nova escola, e a relação com os novos vizinhos é fraca ou inexistente devido principalmente à noção de que os atingidos são responsáveis pela paralização da Empresa Samarco, o que prejudica a cidade de Mariana. O resultado disso é o forte abalo emocional que elas sentem, a fé que elas têm de que o novo Bento e a nova Paracatu vão ser construídos logo e elas terão suas casas de novo, e a necessidade de se organizar e lutar para isso acontecer.

Fica explícito, conforme discute Lumikoski et al (2014), como o desequilíbrio das funções dos homens e mulheres já existia anteriormente ao desastre, mas as dificuldades aumentam depois do desastre. As funções domésticas que naturalmente já são exaustivas e intermináveis, conforme diz Davis (1982), se mostram intensificadas pelos novos desafios: a vizinhança não conhecida, os preços mais altos, o afastamento dos filhos, a perda da casa própria e dos pertences pessoais. Tudo isso acaba esvaziando a noção de indivíduo por alterar a rotina que as definiam, conforme discute Siena e Valencio (2009).

A frase que define o que elas mais precisam agora é ter a vida delas de volta. São todas mulheres fortes, que precisaram resistir e se adaptar, mas que se negam a se acostumar com essa vida. A realidade é que elas estão presas a um modelo de

vida na cidade que não faz sentido para elas, e como elas mesmas colocam, se tivessem outra opção “voltavam pra roça”. Vem daí o entendimento que uma mitigação adequada dos impactos de um desastre deve incluir as pessoas atingidas nos processos de discussão, principalmente as mulheres que nesse caso demonstram tanto conhecimento em relação ao que as famílias precisam. Vimos exemplos no item 2.3.2 de mulheres que organizaram a comunidade atingida para ajudar as famílias que mais precisavam, como se deu no México, e de mulheres que se organizaram para construir centros comunitários e se capacitaram para entender as linguagens técnicas usadas na construção do novo local, como ocorreu após o terremoto na Turquia. A inclusão da população atingida nesse processo só tem a agregar para uma mitigação mais efetiva, e para uma comunidade mais organizada. Se torna inclusive real a possibilidade de fazer do desastre uma oportunidade de ajudar no fortalecimento das mulheres da comunidade, reduzindo a desigualdade de gênero. Mas para isso elas precisam ser ouvidas.

7. Conclusão

Ouvir as demandas das mulheres atingidas permitiu identificar as maiores quebras da rotina que elas sofreram, e permitiu enxergar o modelo de vida que lhes foi oferecido e em quais aspectos ele não supre as demandas que elas têm enquanto mantenedoras de suas famílias. Elas estão vivendo uma vida “alugada”, recebendo uma renda definida pela empresa, morando em uma casa definida pela empresa e em uma cidade definida pela empresa. Este modelo de mitigação não demonstra uma preocupação verdadeira com as demandas das famílias atingidas. E para isso é necessário que a população também faça parte dos fóruns de discussão pós-desastre, de forma democrática. Essa seria uma melhor forma de ressarcir as famílias atingidas, e uma vez que elas não podem ter suas casas de volta e muito menos apagar da memória a dor e o sofrimento que viveram, ao menos ouvi-las e respeitá-las.

As mulheres, além de terem suas responsabilidades aumentadas, precisam aguentar a carga emocional do restante da família, que pode inclusive vir em forma de violência por parte dos seus companheiros. São mulheres dispostas, e que se fosse dada a oportunidade, ajudariam a reerguer sua comunidade, afinal ninguém entende melhor seu funcionamento do que elas, as chefes das famílias. Seria uma oportunidade de incentivá-las como sujeitos sociais e como mulheres fortes, capazes

e confiantes. Dessa forma, não existe outra conclusão deste trabalho que não a demanda urgente trazida por elas de reestabelecer uma vida similar à que tinham antes. Afinal, elas têm o direito a uma qualidade de vida tão boa quanto, em um local a sua escolha e com seus amigos e familiares próximos novamente.

Acho importante colocar que a escolha deste tema de pesquisa passou por grandes questionamentos em relação ao seu possível uso prático para a sociedade, mais especificamente para a população atingida. Entende-se que a comunidade científica ainda não criou grandes vias funcionais de diálogo com a sociedade e as questões que a afligem, fazendo com que seja um desafio criar um trabalho acadêmico junto à comunidade, com linguagem acessível e de relevância prática para a mesma. Este trabalho buscou ouvir as vozes das mulheres atingidas pelo desastre e entender a partir dos seus relatos quais foram as maiores mudanças que o ocorrido causou nos papéis que elas cumprem no seu dia-a-dia, porém a proposição do tema do trabalho não partiu de uma demanda das atingidas. Eu acredito que esta proximidade deva ser um objetivo a se buscar sempre, e espero que este trabalho seja um passo à frente no sentido de aprimorar a extensão de conhecimento, que é uma das funções e um dos maiores desafios da universidade pública.

8. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, R. de C. **Memórias do rio do Monjolinho: o processo de urbanização e os impactos sobre os recursos hídricos**. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos-SP.

Alunos do 5º ano da Escola Municipal Bento Rodrigues. A Gente Explica. Jornal A Sirene, Mariana, Julho 2016. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_ed4_julho_sm>. Acesso em: 20 out. 2017

ARAGÃO, E. **As mulheres são mais prejudicadas no crime ambiental e social de Mariana**. CUT Brasil, Fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://cut.org.br/noticias/as-mulheres-sao-mais-prejudicadas-no-crime-ambiental-e-social-de-mariana-66cc/>>. Acesso em 21 Out. 2017

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de Março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Setembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de

Julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em 11 Out 2017

DAVIS, A. **Mulher, Raça e Classe**. Tradução livre da Plataforma Gueto, 2013, 171 páginas.

DICTORO, V. P. **Relações Humanas com a Água: Percepção Ambiental, Saberes Tradicionais, Simbolismos Culturais e Contribuições para a Gestão e Conservação da Água**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Departamento de Ciências Ambientais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP.

DIEGUEZ, C. **A ONDA Uma reconstituição da tragédia de Mariana, o maior desastre ambiental do país**. Disponível em <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-onda-de-mariana/>>. Acesso em: 28 Ago 2017

DINIZ, D.; MEDEIROS, M. **Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna**. Ciência & Saúde Coletiva, 2010. Disponível em <http://www.scielosp.org/pdf/csc/v15s1/002.pdf?hc_location=ufi>. Acesso em 13 Out 2017

ESCAMILLA, J. D. M.; Paisaje y desastre. Expresiones del espacio socialmente construido. In: VALENCIO, Norma. **Águas turbulentas: a construção social dos desastres em diferentes contextos nacionais**, v.3, n.1, p37-52, 2016.

FERNANDES, I. dos S. P.; Vulnerabilidade de comunidades pesqueiras de São Tomé e Príncipe face a eventos severos e extremos do clima. In: VALENCIO, Norma. **Águas turbulentas: a construção social dos desastres em diferentes contextos nacionais**, v.3, n.1, p53-88, 2016.

GAGNON, Nicole. **On the analysis of life account**. In: BERTAUX, Daniel (Org.). *Biography and society: the life history approach in the social science*, Londres: International Sociological Association, Berkeley: Sage, 1980.

GODÓI, E. P. de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, vol.16, nº47, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>>. Acesso em: 25 Set 2017

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Cidades. **Minas Gerais > Mariana**. Disponível em <<http://cod.ibge.gov.br/3R7>>. Acesso em: 23 Ago 2017

LEFEVRE, F; LEFEVRE, AMC. **Pesquisa qualitativa levada a sério**. 2003. Disponível em: <http://www.fsp.usp.br/~flefevre/Discurso_o_que_e.htm>. Acesso em: 07 Set 2017

_____. e Marques MCC. **Discurso do Sujeito Coletivo, complexidade e auto-organização**. Ciências e Saúde Coletiva. 2009.

LEMM – Laboratório de Estudos do Movimento Migratório. LEIDETEC – Laboratório de Estudos de Identidades e Tecnociência. GIAIA – Grupo Independente para Avaliação do Impacto Ambiental. **Ribeirinhos do Baixo rio Doce - Relatório preliminar**. Janeiro/ Julho. Mimeo. 2016

LUMIKOSKI, A et al. **Reconstrução Social Pós-conflito e Desastres: o papel de mulheres e meninas na promoção de justiça e os desafios da inclusão de uma perspectiva de gênero**. In: Simulação das Nações Unidas para Secundaristas, 2014

MARIN, A. A. **Percepção Ambiental e Imaginário dos moradores do município de Jardins/MS**. Dissertação - Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, 2003.

NISHIKAWA, D. L. L. **Alternativas ao modelo hegemônico da agricultura: o caso da associação de produtores rurais dos garcias do município de Bom Repouso (MG)**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2012.

Portal do Turismo da Prefeitura Municipal de Mariana. **Mariana - O primeiro Nome de Minas**. Disponível em <<http://turismo2014.mariana.mg.gov.br/apresentacao-e-historico>>. Acesso em: 25 Ago 2017

QUARANTELLI, E. L. A Social Science Research Agenda for the Disasters of the 21st Century: Theoretical, Methodological and Empirical Issues and their Professional Implementation. In: PERRY, R. W.; QUARANTELLI, E. L. **What is a Disaster?** New answers to old questions. USA: International Research Committee on Disasters, 2005.

QUEIROZ, M. I P. de. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. Textos CERU, 4, São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1983.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2013

SANTIAGO, R. A.; **A violência contra a mulher: antecedentes históricos**. In: Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades Direito, Relações Etnorraciais, Educação, Trabalho, Reprodução, Diversidade Sexual, Comunicação e Cultura, 2011, Salvador – BA

SARTORI, J. **Como esquecer? Memórias de um desastre vivenciado**. Dissertação - Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental, Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2014

VALENCIO, N. **Dimensões psicossociais e político-institucionais do desastre de Camará(PB): limitações da resposta da Defesa Civil frente ao rompimento de barragens**. In: Encontro Ciências Sociais e Barragens, 1, 2005, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ECSB, 2005, p. 1-20.

VALENCIO, N.; SIENA, M. **Gênero e Desastres: uma perspectiva brasileira sobre o tema**. Input: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa. Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima Editora, 2009. p.58-66

_____. **Moradias Afetadas pelas Chuvas: dimensões objetivas e subjetivas dos danos pelo recorte de gênero**. In: III Encontro da ANPPAS Brasília, 2006

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2013 Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília, OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso, 2015. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php>. Acesso em 11 Out 2017.

WHITAKER, D.C.A. et al. **A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura?** In: WHITAKER, D.C.A. Sociologia rural: questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à Margem, 2002. p. 115-120

Grupo da Força-Tarefa do governo do estado de Minas Gerais secretaria de estado de desenvolvimento regional, política urbana e gestão metropolitana. **Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG**. Belo Horizonte, 2016.